



Câmara Municipal de Iúna

LEI Nº. 1.587/97

"INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO, DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IÚNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

O PREFEITO MUNICIPAL DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º)- Esta Lei institui o Regime Jurídico Único e disciplina o regime de relação dos servidores público do Município de Iúna.

Parág. Único)- Os Servidores Públicos Municipais instituídos e mantidos pelo Município ficam submetidos ao Regime Único "ESTATUTÁRIO" e regidos pelas disposições deste Estatuto e Legislação Complementar.

Art. 2º)- Para efeitos desta lei considera-se:

I - *SERVIDOR PÚBLICO* - a pessoa legalmente investida em cargo público de Provimento Efetivo ou em Comissão;

II - *CARGO PÚBLICO* - um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidos a um servidor e que tem como característica essenciais a criação por lei, em número certo, com denominação própria, atribuições definidas e pagamento pelos cofres do Município.

Art. 3º)- O vencimento dos cargos públicos obedecerá a padrões fixados em lei.

Art. 4º)- Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições estabelecidas em Lei.

TÍTULO II DOS CARGOS E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

CAPÍTULO I DOS CARGOS

Art. 5º)- Os Cargos Públicos podem ser de provimento efetivo e em comissão.

Parág. 1º)- Os Cargos Públicos Efetivos são considerados de carreira ou isolados.



Câmara Municipal de Juína

Parág. 2º)- É vedada a atribuição ao servidor público, de encargos ou serviços diferentes das tarefas próprias do seu cargo, definidas em Lei própria.

Parág. 3º)- Os cargos de Provimento em comissão se destinam a atender a encargos de Direção, Chefia ou Assessoramento.

Art. 6º)- As nomeações para cargos em comissão deverão recair, preferentemente, em servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em Lei.

CAPÍTULO II DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 7º)- Função de confiança é o encargo atribuído a encarregados ou outros que a Lei determinar e que haja gratificação.

Parág. Único)- A função de confiança não constitui situação permanente e sim vantagem provisória pelo efetivo exercício da função.

TÍTULO III DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

Art. 8º)- Os cargos públicos são providos por:

- I - Nomeação;
- II - Readmissão;
- III - Recondição;
- IV - Reintegração;
- V - Aproveitamento;
- VI - Reversão.

Parág. Único)- Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal, prover, por Decreto, de acordo com as normas vigentes, os cargos salvo públicos, salvo exceções previstas em Lei, cabendo igual prerrogativas ao Presidente da Câmara em se tratando de Poder Legislativo.

SEÇÃO I DA NOMEAÇÃO

Art. 9º)- A nomeação será feita:

- I - Em caráter, quando se tratar de candidato aprovado em Concurso Público;
- II - Em substituição, no impedimento legal de ocupante de Cargo Efetivo ou em Comissão;



Câmara Municipal de Juína

III - Em Comissão, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.

Art. 10º)- A nomeação no caso do inciso I do artigo anterior obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação em Concurso Público.

SUB SEÇÃO I DO CONCURSO

Art. 11º)- A investidura em cargo ou emprego público dependerá de aprovação prévia em Concurso Público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 12º)- Os Concursos Públicos serão realizados para o provimento de cargos vagos na administração municipal.

Art. 13º)- Das instruções para o concurso, que serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo, constatarão, obrigatoriamente:

I - Os requisitos para inscrição dos candidatos;

II - Prazo de validade, que será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período;

III - O limite mínimo de idade para inscrição.

SUB SEÇÃO DA POSSE

Art. 14º)- Posse é o ato de aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizado com a assinatura do termo próprio pelo empossado.

Parág. Único)- Só haverá posse no caso de provimento de cargo por nomeação na forma ao artigo 8º.

Art. 15º)- São requisitos para a posse:

I - Nacionalidade brasileira;

II - Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

III - Pleno gozo dos "direitos políticos";

IV - Quitação com as obrigações militares;

V - Sanidade física e mental, comprovada em inspeção médica oficial;



Câmara Municipal de Juína

VI - Habilitação prévia em Concurso Público de provas ou de provas e títulos, salvo quando se tratar de substituição ou cargo de provimento em comissão;

VII - Cumprimento das condições especiais previstas em Lei ou regulamento para determinados cargos;

VIII - Apresentar declaração de bens.

Art. 16º)- São competentes para dar posse:

I - O Prefeito, aos Secretários, ao Chefe de Gabinete e aos Assessores;

II - O Secretário de Administração, nos demais casos;

III - O Presidente da Câmara, aos servidores do Legislativo.

Art. 17º)- Do termo de posse, assinado pela autoridade competente e pelo servidor, constará o compromisso de fiel cumprimento dos deveres e obrigações.

Art. 18º)- Não haverá posse mediante procuração.

Art. 19º)- A autoridade que der posse verificará, sob pena de responsabilidade, se foram satisfatórias as condições legais para a investidura.

Art. 20º)- A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias da data da publicação do ato, para tal fim indicado.

Parág. Único)- Se a posse não se der dentro do prazo, será tornada sem efeito a nomeação.

Art. 21º)- O prazo inicial para o funcionário em férias ou licenciado tomar posse, exceto no caso de licença para tratar de interesse particulares, será contado da data em que voltar ao serviço.

Art. 22º)- O prazo para posse em cargo efetivo de provimento por Concurso Público, de concurso investido em mandato eletivo, fluirá, obedecendo ao disposto no artigo 20º deste Estatuto.

SUB SEÇÃO III DO EXERCÍCIO

Art. 23º)- Exercício é o efetivo desempenho, pelo servidor público, das atribuições de seu cargo.

Art. 24º)- O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 25º)- Ao Chefe, a que se subordina o servidor, compete dar-lhe exercício.



Câmara Municipal de Juína

Art. 26º)- O exercício terá início no prazo de 15 (quinze) dias, contados:

I - Da publicação oficial do ato, no caso de reintegração;

II - Da posse, nos demais casos.

Parág. Único)- quando se tratar de posse em Cargo de professor, verificada em época de férias escolares, o exercício terá início na data ficada para o começo das atividades docentes do estabelecimento de ensino no qual for obrigatoriamente localizado o servidor.

SUB SEÇÃO IV DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 27º)- O Estágio Probatório é o período inicial de até 02 (dois) anos de efetivo exercício do servidor público nomeado em virtude de Concurso Público, quando a sua aptidão e capacidade para permanecer no cargo serão objeto de avaliação.

Parág. Único)- No período de estágio probatório apurar-se-ão requisitos que determinarão a conveniência ou não à efetivação, a saber:

I - Eficiência;

II - Pontualidade;

III - Assiduidade;

IV - Idoneidade moral;

V - Disciplina, salvo em relação a falta punível com demissão;

VI - Produtividade;

VII - Responsabilidade.

Art. 28º)- A avaliação do estagiário será feita Por uma comissão transitória, formada 06 (seis) meses antes do término do estágio e composta por 05 (cinco) servidores da Prefeitura, ocupantes de cargos de nível superior aos dos avaliados, designados pelo Chefe do poder Executivo Municipal.

Parág. 1º)- a apuração dos requisitos será feita de acordo com regulamento elaborado pela Comissão e baixada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parág. 2º)- Do parecer da Comissão, se contrário à efetivação, será dado vista ao estagiário, pelo prazo de 10 (dez) dias, para apresentar sua defesa.



Câmara Municipal de Jina

Parág. 3º)- Julgado o parecer e a defesa, o chefe do Poder Executivo Municipal se considerar aconselhável a exoneração do servidor, determinará a lavratura do respectivo Decreto.

Parág. 4º)- Se o despacho do Chefe do Poder Executivo Municipal for favorável à permanência do servidor, a confirmação não dependerá de novo ato.

Parág. 5º)- No caso de avaliação, apuração e julgamento de estagiários dos quadros da Câmara Municipal, cabe ao Presidente da Câmara o gerenciamento e ordenamento que, no Executivo, se reservam ao Prefeito.

SUB SEÇÃO V DA LOCALIZAÇÃO

Art. 29º)- A localização é o ato mediante o qual o servidor passa a exercer suas atividades em outro setor, sediado em localidade diferente ou não da anterior da Administração Municipal.

Parág. 1º)- Dar-se-á a localização "ex officio" ou a pedido do servidor.

Parág. 2º)- a localização por permuta será feita, sempre que possível, entre servidores ocupantes de igual cargo e processada a pedido escrito de ambos os interessados.

Art. 30º)- Quando a localização implicar na mudança permanente de localidade, o servidor fará jus a um período de trânsito de, no máximo, 02 (dois) dias.

SUB SEÇÃO VI DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 31º)- Haverá substituição nos casos de impedimento legal ou afastamento de titular de Cargo Efetivo, de Cargo em Comissão ou de Função de Confiança.

Art. 32º)- A substituição dependerá de ato do Poder Executivo.

Parág. Único)- Qualquer substituição será remunerada desde que exercida por período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Art. 33º)- a substituição se efetuará quando imprescindível, em face das necessidades do serviço, em quando impossível a redistribuição das tarefas.

Parág. Único)- Durante o tempo da substituição o substituto perceberá o vencimento do cargo ou a gratificação prevista do substituído, ressalvado o direito de opção.

SUB SEÇÃO VII DA READAPTAÇÃO



Câmara Municipal de Juína

Art. 34º)- Readaptação é a investidura do servidor público em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis com as limitações que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.

Parág. 1º)- A readaptação ocorrerá quando não se configurar a necessidade imediata de aposentadoria ou de licença para o tratamento de saúde, não podendo acarretar decesso nem aumento de vencimento.

Parág. 2º)- A readaptação respeitará a habilitação exigida para o novo cargo.

Art. 35º)- Não havendo cargo novo a ser promovido pelo readaptando, a Administração promoverá a respectiva criação, devendo o cargo se extinto na vacância.

SEÇÃO II DA TRANSFERÊNCIA

Art. 36º)- Transferência é o ato de provimento mediante o qual o servidor efetivo permuta o seu cargo por outro de igual padrão de vencimento, observada a habilitação profissional.

Parág. 1º)- a transferência será feita a pedido do servidor, atendida a conveniência do serviço, com prévia autorização da chefia imediata.

Parág. 2º)- O servidor será obrigado a submeter-se à prova de habilitação, quando o cargo para o qual deve ser transferido exigir conhecimento que não tenham sido avaliados no seu ingresso no serviço público.

SEÇÃO III DA READMISSÃO

Art. 37º)- Readmissão é o reingresso no serviço público, do servidor demitido ou exonerado, sem ressarcimento de vencimento e vantagens.

Parág. Único)- O readmitido contará tempo de serviço público anterior exclusivamente para efeito de disponibilidade e aposentadoria.

Art. 38º)- A readmissão far-se-á no cargo anteriormente ocupado pelo servidor ou naquele em que tiver sido transformado, e dependerá:

- a)- da existência de vaga;
- b)- da existência de candidatos habilitados em Concurso Público;
- c)- de prova de capacidade física, mediante inspeção médica oficial.

SEÇÃO IV DA REINTEGRAÇÃO

Art. 39º)- a reintegração é a reinvestidura do servidor público estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão



Câmara Municipal de Jina

administrativa ou judicial, transitada em julgado, com pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens permanentes.

Art. 40º)- Na hipótese de o cargo anterior ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade remunerada, se houver sido transferido, a reintegração se dará no cargo resultante da transformação.

Art. 41º)- O servidor reintegrado será submetido a inspeção médica, se verificada a incapacidade, será aposentado no cargo em que houver reintegrado.

Art. 42º)- Verificada a reintegração do titular do cargo, o eventual ocupante da vaga será pela ordem:

- I - Reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização;
- II - Aproveitamento em outro cargo;
- III - Colocado em disponibilidade.

SEÇÃO V DO APROVEITAMENTO

Art. 43º)- Aproveitamento é a volta ao serviço ativo do servidor público posto em disponibilidade.

Art. 44º)- Será obrigatório o aproveitamento do servidor em disponibilidade em cargo de natureza e vencimento ou remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parág. 1º)- Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade, e no caso de empate, será decidido pelo de maior tempo de serviço.

Parág. 2º)- O aproveitamento dependerá de prova de sanidade física e mental, mediante inspeção médica oficial e de não contar o servidor em disponibilidade com 70 (setenta) anos de idade, caso em que será compulsoriamente aposentado.

Parág. 3º)- Se aprovada a incapacidade definitiva em inspeção médica oficial, será decretada a aposentadoria por invalidez.

Art. 45º)- Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não tomar posse no prazo legal, salvo caso de doença comprovada em inspeção médica oficial.

SEÇÃO VI DA REVERSÃO



Câmara Municipal de Juína

Art. 46º)- Reversão é o retorno à atividade, do servidor aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos de sua aposentadoria e julgado apto em inspeção médica oficial.

Art. 47º)- A reversão far-se-á, de preferência, no mesmo cargo ou em cargo resultante de sua transformação.

Art. 48º)- A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - Exoneração;
- II - Demissão;
- III - Ascensão;
- IV - Aposentadoria;
- V - Falecimento;
- VI - Declaração de perda de cargo;
- VII - Destituição de cargo em comissão.

Art. 49º)- a exoneração do servidor público dar-se-á:

- a)- a pedido;
- b)- de ofício.

Parág. 1º)- A exoneração de ofício do servidor efetivo será aplicada:

- a)- quando não satisfêitas as condições do estágio probatório;
- b)- quando, tendo tomado posse, o servidor não assumir o exercício do cargo no prazo previsto no artigo 26º desta Lei.

Parág. 2º)- A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

- a)- a juízo da autoridade competente;
- b)- a pedido do próprio servidor.

art. 50º)- O servidor que solicitar exoneração deverá conservar-se em exercício 15 (quinze) dias após a apresentação do pedido.

Parág. Único)- Não havendo prejuízo para o servidor, a critério do chefe da repartição, a permanência do servidor público em exercício poderá ser dispensada.

Art. 52º)- São competentes para exonerar as mesmas autoridades competentes para dar posse, de acordo com o disposto no artigo 16º desta Lei.

TÍTULO IV DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 53º)- Os Servidores Públicos Municipais terão direito a:

- a)- piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- b)- irredutibilidade do vencimento, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;



Câmara Municipal de Juína

- c)- 13º (décimo terceiro) salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- d)- remuneração do trabalho noturno superior a do diurno;
- e)- salário-família para os seus dependentes;
- f)- duração do trabalho normal não superior a 08 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais;
- g)- remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à normal;
- h)- gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais do que o salário normal;
- i)- licença à gestante conforme disposto no artigo 93º deste Estatuto;
- j)- licença paternidade conforme disposto no item VIII do artigo 55 deste Estatuto;
- k)- redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança do trabalho;
- l)- adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da Lei;
- m)- proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;
- n)- livre associação profissional ou sindical, observado o artigo 8º da Constituição Federal;
- o)- abono pecuniário.

CAPÍTULO II DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 54º)- Será feita em dias a apuração do tempo de serviço.

Parág. 1º)- O número de dias será em anos, considerando o ano como 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parág. 2º)- Serão computados os dias efetivos de exercício do registro de frequência ou da folha de pagamento.

Art. 55º)- se é considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- I - Férias;
- II - Casamento, até 08 (oito) dias;
- III - Luto, por falecimento de cônjuge ou pessoa da família até 1º grau até 08 (oito) dias;
- IV - Convocação para o serviço Militar;
- V - Júri e outros serviços obrigatórios por Lei;
- VI - Exercício de cargo de provimento em comissão, na esfera Municipal;
- VII - Exercício de cargo efetivo em substituição;



Câmara Municipal de Jina

VIII - Licença paternidade, até 05 (cinco) dias, a contar da data do nascimento, mediante comprovação da certidão de nascimento.

IX - Licença à servidora gestante;

X - Licença por doença especificada no artigo 90º deste Estatuto;

XI - Licença ao servidor acidentado em serviço, mediante inspeção médica oficial;

XII - Licença ao servidor atacado de doença profissional;

XIII - Estudo ou missão oficial no território nacional ou no exterior, até 24 (vinte e quatro) meses;

XIV - Exercício em unidade de administração indireta;

XV - Convênio em que o Município se comprometa a participar com pessoal;

XVI - Contratação com o Município para exercer funções de assessoramento ou trabalhos técnicos ou especializados, com suspensão do vínculo estatutário;

XVII - Faltas até o máximo de 03 (três) dias durante o mês, comprovadas por atestado médico oficial;

XVIII - Interregno entre a exoneração de um cargo, dispensa ou rescisão de contrato com órgão público municipal e o exercício em outro cargo público municipal, quando o interregno se constitua de dias não úteis;

XIX - Doença de notificação compulsória, na forma da legislação específica;

XX - Prisão administrativa ou suspensão preventiva, se inocentado afinal, ou quando do processo houver resultado tão somente a pena de repreensão ou multa;

XXI - Licença para campanha eleitoral, no período entre o registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral e o dia seguinte ao da eleição;

XXII - Suspensão, quando convertida em multa;

XXIII - Trânsito, para ter exercício em nova sede;

XXIV - Prestação de prova ou exames, quando se tratar de estudante em curso legalmente instituído, mediante apresentação de atestado fornecido pelo respectivo estabelecimento de ensino;

XXV - Concurso público municipal;

XXVI - Exercício de cargo eletivo federal, estadual e municipal.



Câmara Municipal de Jina

Art. 56º)- Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á integralmente:

I - O tempo de serviço público federal, estadual e municipal;

II - O período de serviço ativo nas forças armadas, prestadas durante a paz, computando-se pelo dobro o tempo de operações de guerra;

III - O tempo de serviço prestado sob qualquer outra forma de admissão, desde que remunerado pelos cofres públicos;

IV - O período de trabalho à instituição de caráter privado, que tiver sido transformada em estabelecimento de serviço público, provado por documentos expedidos pelo estabelecimento;

V - O tempo em que o servidor esteve em disponibilidade ou aposentado;

VI - O tempo de afastamento por motivo de licença para tratamento de saúde;

VII - O tempo de serviço prestado em cargo eletivo, quer antes ou depois do ingresso no serviço público.

Art. 57º)- É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concomitantemente em 02 (dois) ou mais cargos ou função da União, Estado, Município e Autarquias.

CAPÍTULO III DA ESTABILIDADE

Art. 58º)- O servidor ocupante do Cargo de Provimento Efetivo adquire estabilidade depois de (dois) anos de exercício, quando nomeado em virtude de concurso público de provas ou provas de títulos.

Parág. Único)- a estabilidade diz respeito ao serviço público, e não ao cargo.

Art. 59º)- O Servidor Público Municipal perderá o cargo:

I - No caso de extinção do cargo, quando ficará o servidor em disponibilidade remunerada;

II - Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

III - Em caso de demissão mediante processo administrativo, em que se lhe tenha sido assegurado ampla defesa.

Parág. Único)- O servidor em estágio probatório só será demitido do cargo com observância do artigo 27º e seu Parágrafo Único ou mediante processo administrativo quando esse se impuser antes de concluído o estágio.



Câmara Municipal de Juína

CAPÍTULO IV DA APOSENTADORIA

Art. 60º)- Aposentadoria significa o afastamento remunerado do servidor dos quadros do serviço público ativo, em razão da idade, da condição física ou do tempo em que prestou serviço.

Art. 61º)- O servidor será aposentado:

I - Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave contagiosa ou incurável, especificadas em Lei, e proporcionais nos demais casos;

II - Compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta), se mulher, com proventos integrais;

b)- aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco) anos, se professora, com proventos integrais;

c)- aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, aos 25 (vinte e cinco) anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo prestado;

d)- aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

Parág. 1º)- O tempo de Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

Parág. 2º)- Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedido aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação do cargo em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei.

Parág. 3º)- O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em Lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Parág. 4º)- Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

Parág. 5º)- Nenhuma aposentadoria terá o seu provento inferior a 1/3 (um terço) do vencimento do respectivo cargo, respeitado ainda o valor do vencimento do Padrão I da tabela constante do Plano de Carreira do Poder Executivo Municipal.

Art. 62º)- O cálculo do provento será feito com base no vencimento do cargo efetivo que o servidor estiver exercendo.



Câmara Municipal de Juína

Art. 63º)- Os proventos proporcionais ao tempo de serviço serão calculados na razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano de serviço se do sexo masculino e de 1/30 (um trinta avos) se do sexo feminino, acrescidos das vantagens pecuniárias a que tiver direito.

Art. 64º)- a aposentadoria por invalidez será procedida de licença para tratamento de saúde por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses, salvo quando o laudo médico concluir pela incapacidade definitiva para o serviço público.

Art. 65º)- Julgado inválido definitivamente para o serviço público, o servidor será afastado do exercício do cargo, continuando a receber vencimento integrais até que seja concedida a aposentadoria e sejam fixados os respectivos proventos.

Parág. 1º)- a invalidez para o exercício de cargo público não pressupõe e nem confunde com a invalidez para o serviço público.

Parág. 2º)- O servidor será readaptado se não for considerado inválido para o serviço público.

Parág. 3º)- O servidor aposentado por invalidez submeter-se-á a exames médicos periódicos na forma prevista em Lei.

Art. 66º)- É automática a aposentadoria compulsória.

Parág. Único)- O retardamento do ato que declarar a aposentadoria, não impedirá o servidor de se afastar do exercício no dia imediato ao que atingir a idade-limite.

CAPÍTULO V DA DISPONIBILIDADE

Art. 67º)- Extinto o cargo ou declarada pelo Poder Executivo a sua desnecessidade, o servidor público ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e com as vantagens permanentes que estiver percebendo.

Parág. Único)- Restabelecido o cargo, ainda que modificada a sua denominação, será obrigatoriamente nele aproveitado o servidor posto em disponibilidade.

Art. 68º)- O servidor em disponibilidade poderá aposentar-se quando preencher as condições para aposentadoria, conforme artigo 61º deste Estatuto.

Parág. Único)- O período relativo à disponibilidade é considerado de exercício efetivo para todos os efeitos.

CAPÍTULO VI DAS FÉRIAS



Câmara Municipal de Juína

Art. 69º)- O servidor gozará 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, de acordo com a escala organizada pelo Chefe da repartição.

Parág. 1º)- Após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, o Servidor terá direito a férias na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV)- 12 dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) à 32 (trinta e duas) faltas;

Parág. 2º)- Não serão computadas as faltas justificadas abonadas ou nos demais casos previstos neste Estatuto.

Art. 70º)- É proibida a acumulação de férias, salvo imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 71º)- Por motivo de localização, transferência, posse em outro cargo, o servidor em gozo de férias não será obrigado a interrompê-las.

CAPÍTULO VII DAS LICENÇAS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 72º)-Conceder-se-á, licença:

I - Para tratamento da própria saúde;

II - Por motivo de acidente ocorrido em serviço ou doença profissional;

III - Para repouso à gestante;

IV - Por motivo de doença em pessoa da família;

V - Para serviço militar obrigatório;

VI - Para trato de interesse particulares;

VII - Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;



Câmara Municipal de Juína

VIII - Para campanha eleitoral.

Art. 73º)- Ao servidor que exerça Cargo em comissão não se aplicam os incisos V, VI, VII e VIII do artigo anterior.

Art. 74º)- São componentes para conceder licença:

I - O Prefeito, aos Secretários, ao Chefe de Gabinete e aos Assessores;

II - O Secretário Municipal de Administração, nos demais casos;

III - O Presidente da Câmara Municipal, para os servidores do Legislativo Municipal;

Art. 75º)- A licença que dependa de inspeção médica, será concedida pelo prazo indicado no atestado médico ou laudo firmado pela Junta Médica Oficial da Prefeitura Municipal.

Parág. 1º)- Findo o prazo, haverá nova inspeção e o atestado ou laudo médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Parág. 2º)- Na ocasião do exame, o servidor poderá apresentar atestado passado por médico especialista, para melhor apreciação da Junta Médica.

Parág. 3º)- O órgão de pessoal, dentre outras informações indicará a data do início da licença.

Parág. 4º)- As inspeções da saúde feitas por médico ou junta médica oficial, bem como os exames que forem exigidos, independem de qualquer ônus para o servidor.

Art. 76º)- terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, ressalvado o caso do artigo 90º e se Parágrafo Único deste Estatuto.

Parág. Único)- A infração deste artigo importará na perda total de vencimento ou remuneração, e, se houver ausência de 30 (trinta) dias, na demissão por abandono de cargo.

Art. 77º)- a licença poderá ser prorrogada "ex officio" ou a pedido do servidor.

Parág. Único)- O pedido deverá ser apresentado antes de findo o prazo de licença, se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho.

art. 78º)- a licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias, contados da terminação da anterior, será considerada como prorrogação.

Art. 79º)- O servidor não poderá permanecer de licença por mais de 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos do artigo 90º deste Estatuto.



Câmara Municipal de Juína

Art. 80º)- Expirado o prazo máximo no artigo antecedente, o servidor será submetido a nova inspeção e aposentado, se for julgado inválido para o serviço público em geral.

Art. 81º)- Na hipótese do artigo 80º, o tempo necessário à inspeção médica será considerada como de prorrogação.

Art. 82º)- O servidor em gozo de licença comunicará ao chefe da repartição o local onde pode ser encontrado.

Parág. Único)- O servidor em licença não será obrigado a interrompê-la em decorrência dos atos de provimento de que trata o artigo 8º deste Estatuto.

Art. 83º)- O servidor efetivo em gozo de licença médica não poderá ser exonerado.

SEÇÃO II DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE

Art. 84º)- A licença para tratamento da própria saúde será concedida a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que o servidor público fizer jus.

Parág. Único)- Em ambos os casos é indispensável a inspeção médica, que deverá realizar-se quando necessário, na residência do servidor.

Art. 85º)- a licença superior a 15 (quinze) dias, dependerá sempre de inspeção por Junta Médica Oficial do Município.

Art. 86º)- O atestado médico e o laudo da junta, nenhuma referência farão ao nome ou a natureza da doença de que sofra o servidor, salvo se tratar de lesão produzida por acidentes, de doença profissional ou de quaisquer das moléstias referidas no artigo 90º deste Estatuto.

Art. 87º)- No curso da licença o servidor abster-se-á de atividade remunerada sob pena de interrupção da mesma licença, com perda total do vencimento, e abertura de inquérito administrativo.

Art. 88º)- Será punido disciplinarmente o servidor que se recusar a inspeção médica.

Art. 89º)- Considerado apto em inspeção médica o servidor reassumirá o exercício sob pena de se apurarem como faltas os dias de ausência.

Art. 90º)- A licença a servidor atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira ou visão reduzida, psicose epilética, hansenismo, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de parkinson, espondilo-artrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de paget, osteite



Câmara Municipal de Juína

deformante, síndrome de imunodeficiência adquirida (SIDA OU AIDS) ou outros que vierem a ser definidos em lei com base na medicina especializada, será concedido até dois anos de licença, quando a inspeção médica não concluir pela necessidade imediata da aposentadoria.

Parág. Único)- A inspeção será feita obrigatoriamente, por uma junta de 03 (três) médicos.

Art. 91º)- Será integral o vencimento do servidor licenciado para tratamento de saúde, nos casos previstos no artigo anterior.

SEÇÃO III DA LICENÇA POR MOTIVO DE ACIDENTE OCORRIDO EM SERVIÇO OU POR DOENÇA PROFISSIONAL

Art. 92º)- O servidor acidentado no exercício de suas atribuições ou que tenha contraído doença profissional terá a licença com vencimento integral.

Parág. 1º)- Será considerado acidente em serviço o que ocorrer em razão do exercício do cargo, ainda que fora da sede do servidor ou durante o período de trânsito no deslocamento do trabalho ou para o trabalho.

Parág. 2º)- Equiparar-se ao acidente, para efeito desse artigo, a agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício de suas atribuições.

Parág. 3º)- O servidor que sofrer acidente deverá comunicá-lo à repartição a que pertence para fim de sua apuração em processo regular.

Parág. 4º)- Entende-se por doença profissional a que tiver como relação de causa e efeito as condições inerentes ao serviço ou a fatos nele ocorridos, devendo o laudo médico estabelecer-lhe a rigorosa caracterização.

SEÇÃO IV DA LICENÇA A GESTANTE

Art. 93º)- Fica garantia à servidora gestante mudança de atribuições e ou funções, nos casos em que houver recomendação médica oficial, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens do cargo.

Parág. 1º)- a servidora gestante será concedida licença, com vencimentos, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, mediante inspeção médica oficial.

Parág. 2º)- Salvo prescrição médica em contrário, a licença de que trata este artigo será concedida a partir do início do 8º (oitavo) mês de gestação.

Parág. 3º)- Em caso de parto prematuro a licença deverá ser concedida a partir da data em que ele se verificar, prolongando-se por 30 (trinta) dias/



Câmara Municipal de Juína

Parág. 4º)- Em caso de feto morto, prematuro, a licença será de 30 (trinta) dias a partir da ocorrência.

Parág. 5º)- Em caso de feto morto, a termo, a licença que deveria ter sido concedida a partir do 8º (oitavo) mês de gestação terá como nos casos do parágrafos anteriores, a duração de até 30 (trinta) dias.

Parág. 6º)- Nos casos de adoção de crianças de até 06 (seis) meses de idade, terá a adotante, direito a licença por 30 (trinta) dias.

Parág. 7º)- Os casos patológicos que surgirem durante e depois da gestação, decorrentes desta, serão objeto de licença para tratamento de saúde, a qual poderá ser antecedente ou subseqüente à licença à gestante.

Parág. 8º)- A determinação da data do início da licença à gestante ficará a critério do médico, que tomará em consideração as condições específicas de cada profissão ou tipo de trabalho, assim como o comportamento individual da gestante em face da evolução do processo.

Parág. 9º)- Após o parto e término da licença à estante, a servidora retornará às atribuições de seu cargo independentemente de ato.

SEÇÃO V

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 94º)- O servidor poderá obter licença por motivo de doença em pessoa, ascendente colateral consanguíneo ou afim até o 1º grau civil e do cônjuge, do qual não esteja legalmente separado, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal e esta não possa ser prestada simultaneamente com exercício do cargo.

Parág. 1º)- Provar-se-á de que trata este artigo será concedida com vencimento ou remuneração até 01 (um) mês com 2/3 (dois terços), até no máximo 03 (três) meses com a metade.

SEÇÃO VI

DA LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR

Art. 95º)- Ao servidor que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional, será concedida licença com vencimentos integrais.

Parág. 1º)- A licença será concedida à vista de documento oficial, que prove a incorporação e só pelo período obrigatório.

Parág. 2º)- Ao servidor desincorporado conceder-se-á o prazo de 05 (cinco) dias corridos para que reassuma o exercício sem perda dos vencimentos.

Art. 96º)- Ao servidor oficial da reserva das Forças Armadas será, também, concedida licença com vencimentos durante os estágios obrigatórios previstos pelos



Câmara Municipal de Juína

regulamentos militares, quando pelo Serviço Militar não perceber qualquer vantagem pecuniária.

Parág. Único)- Quando o estágio for remunerado assegurar-se-á o direito de opção.

SEÇÃO VII DA LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 97º)- Após 02 (dois) anos consecutivos de exercício, o servidor efetivo poderá obter licença sem vencimentos para tratar de interesse particulares, até o máximo 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada por igual período a critério do Executivo ou Legislativo Municipal.

Parág. 1º)- Requerida a licença o servidor aguardará em exercício a decisão.

Parág. 2º)- Será negada a licença quando inconveniente ao interesse do serviço.

Parág. 3º)- O afastamento, antes de decidido o pedido, constitui justa causa para efeito de abandono de cargo.

Parág. 4º)- O servidor licenciado na forma deste artigo não poderá exercer Cargo ou Função na Administração Direta ou Indireta Estadual, Federal ou Municipal, sob pena de demissão, salvo quando se tratar de acumulação legal.

Parág. 5º)- O Servidor Público Municipal licenciado na forma deste artigo, continua como segurado no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais, cabendo-lhe recolher as contribuições devidas junto à entidade referida.

Art. 98º)- Não se concederá a licença a que se refere o artigo anterior a servidor localizado, antes de assumir o exercício.

Art. 99º)- Só poderá ser concedida nova licença depois de decorrido o mesmo período de duração da licença anterior.

Art. 100º)- O servidor poderá a qualquer tempo, desistir da licença.

Art. 101º)- Quando o interesse do serviço público o exigir, a licença poderá ser cassada a juízo da autoridade competente.

Parág. Único)- Na hipótese deste artigo, o servidor terá 30 (trinta) dias de prazo para reassumir o exercício.

SEÇÃO VIII DA LICENÇA PARA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 102º)- Ao servidor que a requerer, dar-se-á licença com vencimento e vantagens para promoção de sua campanha eleitoral durante o lapso de tempo



Câmara Municipal de Juína

contado da data de registro da sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o dia seguinte ao da eleição.

Parág. 1º)- Em se tratando de servidor candidato a Cargo Eletivo na localidade em que exerça encargos de Chefia, Direção, Fiscalização e Arrecadação, seu afastamento pelo prazo referido neste artigo será obrigatório.

Parág. 2º)- Nos casos em que o servidor exerça Cargo de Chefia ou Direção, seu afastamento dar-se-á sem vencimento do cargo de chefia ou direção.

CAPÍTULO VIII DO VENCIMENTO E DAS VANTAGENS

SEÇÃO I DO VENCIMENTO

Art. 103º)- Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do Cargo correspondente ao padrão fixado em Lei.

Art. 104º)- Perderá o vencimento do cargo efetivo o servidor:

I - Nomeado para cargo em comissão, salvo o direito de optar e o de acumulação legal;

II - Quando no exercício de Mandato Eletivo Municipal, Federal ou Estadual;

III - Quando no exercício do mandato de Vereador, desde que não haja compatibilidade de horários com o cargo efetivo;

IV - Quando posto à disposição dos Governos da União, do Estado e de outros Municípios, ressalvada hipótese de convênio em que haja assegurada a cessão de servidor com ônus.

Parág. 1º)- Investido no mandato de Prefeito Municipal ou Vice-Prefeito, o servidor efetivo poderá optar pela continuação do recebimento do vencimento do seu cargo efetivo, com direito a perceber a representação fixada para o exercício do cargo de Prefeito ou Vice-Prefeito, respectivamente.

Parág. 2º)- Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá o vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus.

Art. 105º)- O servidor perderá:

I - O vencimento do dia, se não comparecer ao serviço por motivo legal ou moléstia comprovada;



Câmara Municipal de Jina

II - 1/3 (um terço) do vencimento diário, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para início dos trabalhos ou quando se retirar antes do fim do período de trabalho;

III - 1/3 (um terço) do vencimento durante o afastamento por motivo de prisão administrativa, suspensão preventiva até período excedente à prisão administrativa e à suspensão preventiva até conclusão final do processo, pronúncia por crime comum, denúncia por crime funcional, pronúncia por crime inafiançável, em processo no qual não haja pronúncia, com direito à diferença, se inocentado ao final.

IV - 2/3 (dois terços) do vencimento, durante o período de afastamento em virtude de condenação judicial por sentença definitiva a pena que não determine demissão.

Art. 106º)- Nos casos de faltas sucessivas, serão computados para efeito de desconto, os domingos e feriados intercalados, desde que ultrapassados de 02 (dois) dias.

Art. 107º)- Serão relevadas até 03 (três) faltas, durante o mês, as motivadas por doença comprovada por atestado médico oficial.

Parág. Único)- O servidor que não puder comparecer ao serviço por doença deverá comunicar o fato ao Chefe imediato, para o necessário exame médico.

Art. 108º)- As reposições à Fazenda Pública serão descontadas em parcelas mensais não excedentes da 10ª (décima) parte do vencimento ou remuneração, não cabendo desconto parcelado quando o servidor solicitar exoneração ou abandonar o cargo.

Art. 109º)- Só será admitida procuração, para recebimento de qualquer importância em nome do servidor, quando este se encontrar fora da sede de sua repartição ou comprovadamente impossibilitado de locomover-se.

SEÇÃO II DAS VANTAGENS

SUB SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 110º)- Além do vencimento, poderão ser deferidas ao servidor as seguintes vantagens:

- I - Ajuda de custo;
- II - Diárias;
- III - Salário família;
- IV - Auxílio doença;



Câmara Municipal de Juína

V - Gratificações.

SUB SEÇÃO II DA AJUDA DE CUSTO

Art. 111º)- Será concedida Ajuda de Custo, quando o servidor se deslocar da sede do Município a serviço.

Parág. 1º)- A ajuda de custo destina-se a compensação das despesas de viagem e de nova instalação.

Parág. 2º)- Correrá à conta da Administração a despesa de transporte do servidor.

Art. 112º)- A Ajuda de Custo não excederá a:

I - (01) um mês de vencimento, quando o deslocamento se der dentro do território do Estado;

II - (02) dois meses de vencimento, quando o deslocamento for para fora do Estado, mas dentro do País;

Art. 113º)- No arbitramento da ajuda de custo o chefe da repartição levará em conta as novas condições de vida do servidor, as despesas de viagem e instalação, com prévia aprovação do Prefeito.

Art. 114º)- A Ajuda de Custo será calculada:

I - Sobre o vencimento do Cargo Efetivo;

II - Sobre o vencimento do Cargo em comissão que o servidor passar a exercer na nova sede;

III - Sobre o vencimento do cargo efetivo, acrescido da Gratificação de Função quando o servidor passar a exercer função de confiança na nova sede.

Parág. Único)- A Ajuda de Custo será paga antecipadamente, por metade, sendo, facultado ao servidor optar pelo recebimento na nova repartição.

Art. 115º)- Não se concederá ajuda de custo:

I - Ao servidor que, em virtude de mandato eletivo, afastar-se do cargo ou reassumir seu exercício;

II - Ao servidor posto à disposição de qualquer entidade;

III - Ao servidor localizado em nova sede, a pedido.



Câmara Municipal de Jina

Art. 116º)- O servidor restituirá a ajuda de custo:

I - Quando não se transportar para a nova sede nos prazos determinados;

II - Quando pedir exoneração ou abandonar o serviço antes de completar 90 (noventa) dias de exercício na nova sede;

Parág. 1º)- a restituição é de exclusiva responsabilidade pessoal e poderá ser feita parceladamente.

Parág. 2º)- Não haverá obrigação a restituir quando o regresso do servidor à sede anterior for determinado "ex officio" ou por doença comprovada, na sua pessoa ou em pessoa de sua família.

SUB SEÇÃO III DAS DIÁRIAS

Art. 117º)- Ao servidor que se deslocar da sede em objeto de serviço, conceder-se-á diária a título de indenização das despesas de alimentação e pernoite.

Parág. 1º)- Não se concederá diária:

a)- quando localizado em nova sede, durante o período de trânsito;

b)- quando o deslocamento constituir exigência permanente do cargo.

Parág. 2º)- Entende-se por sede, a cidade ou a localidade onde o servidor tenha exercício regular.

Parág. 3º)- O valor e a forma de concessão das diárias serão fixados por Decreto do Prefeito.

SUB SEÇÃO IV DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 118º)- O salário família será concedido ao servidor ativo ou inativo:

I - Por filho menor de 14 (quatorze) anos;

II - Por filho inválido.

Parág. Único)- Compreende-se neste artigo os filhos de qualquer condição, os "enteados, os adotivos, ou menores que mediante autorização judicial, viverem sob a guarda e sustento do servidor.

Art. 119º)- quando o pai e mãe forem servidores ou inativos, e viverem em comum, o salário família será concedido ao pai.

Parág. 1º)- Se não viverem em comum, será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda.



Câmara Municipal de Juína

Parág. 2º)- Se ambos os tiverem, será concedido a um e outro de acordo com a distribuição dos dependentes.

Art. 120º)- Ao pai e mãe equiparam-se o padrasto e madrasta, em falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 121º)- Por falecimento do servidor ativo ou inativo o salário família passará a ser pago ao cônjuge sobrevivente ou a pessoa, servidora ou não, desde que prove a qualidade de representante legal dos incapazes.

Art. 122º)- O salário família não será sujeito a qualquer contribuição, ainda que para fim de previdência social.

Art. 123º)- É permitida a opção de recebimento do salário família, quando o pai ou mãe prestarem serviços a poderes públicos diferentes.

Art. 124º)- O salário família será pago mesmo nos casos em que o servidor, em razão de pena de suspensão, deixar de perceber seus vencimentos.

Art. 125º)- O valor correspondente ao salário família será fixado em lei específica.

SUB SEÇÃO V DO AUXÍLIO DOENÇA

Art. 126º)- Após 12 (doze) meses consecutivo de licença para tratamento de saúde, em consequência das doenças previstas no artigo 90º deste Estatuto, o servidor terá direito a 01 (um) mês de vencimento a título de auxílio doença.

SUB SEÇÃO VI DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 127º)- Conceder-se-á gratificação:

I - De função;

II - Pela prestação de serviços extraordinários;

III - Pelo exercício de cargo em comissão.

Art. 128º)- Gratificação de função é a que corresponde a encargos de Chefia e outros que a lei determinar.

Parág. Único)- Os encargos de chefia serão atribuídos aos servidores mediante ato expresso.

Art. 129º)- Não perderá a gratificação de função o servidor que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento.



Câmara Municipal de Jina

Art. 130º)- A gratificação por serviço extraordinário poderá ser:

- I - Previamente arbitrada pelo chefe da repartição e aprovada pelo Prefeito;
- II - Paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado.

Parág. Único)- Com relação à Câmara Municipal o serviço extraordinário será arbitrado pelo seu respectivo Presidente.

Art. 131º)- É vedado conceder gratificação por serviço extraordinário com objetivo de remunerar outros serviços ou demais encargos.

Parág. Único)- O servidor que receber importância relativa a serviço extraordinário não prestado, será obrigado a restituí-lo de uma só vez, ficando ainda sujeito a pena disciplinar aplicável também a quem ordenar o pagamento.

Art. 132º)- Será punido com pena de suspensão e na reincidência, com a demissão a bem do serviço público, o servidor que:

I - atestar falsamente a prestação de serviço extraordinário, que será obrigatoriamente remunerado;

II - Se recusar, sem motivo justo, a prestação de serviço extraordinário, que será obrigatoriamente remunerado.

Art. 133º)- A gratificação pelo exercício de cargo em comissão será concedida ao servidor que, investido em cargo de provimento em comissão, optar pelo vencimento do seu cargo efetivo.

Parág. Único)- A gratificação a que se refere este artigo, corresponderá a até 50% (cinquenta por cento) do cargo efetivo.

SEÇÃO III DAS CONCESSÕES

Art. 134º)- Sem prejuízo do vencimento ou de qualquer direito ou vantagem legal, o servidor poderá faltar ao serviço até 08 (oito) dias consecutivos, por motivo de:

- I - Casamento;
- II - Falecimento de cônjuge, pais e filhos.

Art. 135º)- Ao licenciamento para tratamento de saúde que deva se deslocar da sede de serviço, por exigência de laudo médico será concedido transporte por conta do Município.



Câmara Municipal de Juna

Art. 137º)- A família do servidor falecido, ainda que no tempo de sua morte estivesse ele em disponibilidade, será concedido auxílio-funeral correspondente a 01 (um) mês de vencimento ou provento.

Parág. 1º)- Em caso de acumulação legal o auxílio-funeral será pago somente em razão do cargo de maior vencimento do servidor falecido.

Parág. 2º)- a despesa correrá por conta da dotação própria consignada anualmente na Lei Orçamentaria.

Parág. 3º)- Quando não houver pessoa da família do servidor no local do falecimento ou procurador legalmente habilitado, o auxílio será pago a quem promover o enterro, mediante prova da despesa.

Parág. 4º)- O pagamento do auxílio-funeral obedecerá ao processo sumaríssimo, concluído no prazo de 120 (cento e vinte) horas da apresentação do atestado de óbito, incorrendo em pena de suspensão o responsável pelo retardamento.

Art. 138º)- Ao servidor estudante poderá ser concedido horário especial, respeitada a carga horária a que estiver sujeito.

Parág. 1º)- Ocorrendo a necessidade de afastamento do expediente, a fim de participar de atividades didáticas e de extensão universitária, realizadas extra-classe, as horas de afastamento serão compensadas mediante antecipação ou prorrogação do horário.

Parág. 2º)- Para beneficiar-se dos favores contidos neste artigo, o servidor deverá instruir requerimento ao chefe imediato, com atestado firmado pelo Diretor do estabelecimento de ensino em que estiver matriculado.

Art. 139º)- O servidor poderá utilizar em viagem a serviço, veículo de sua propriedade, com direito à indenização das respectivas despesas, de acordo com o estabelecido em regulamento.

Parág. Único)- É competente para autorizar a indenização referida neste artigo, o Secretário Municipal de Administração e Finanças.

CAPÍTULO IX DA ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

art. 140º)- O Município prestará a assistência ao servidor e sua família através do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social e SUS - Sistema Único de Saúde.

Art. 141º)- O Município cumprirá as prescrições da legislação federal no que se refere aos trabalhos insalubres, perigosos e outros, executados pelos servidores.

Art. 142º)- Leis especiais estabelecerão os planos, bem como as condições de organização e funcionamento dos serviços previdenciários constantes deste capítulo.



Câmara Municipal de Jina

Art. 143º)- É obrigatória a inscrição do servidor no serviço de Previdência Social, na qualidade de associado, obedecidas as formalidades do mesmo.

CAPÍTULO X DA PETIÇÃO E DA PRESCRIÇÃO

Art. 144º)- É assegurado ao servidor o direito de requerer e representar.

Art. 145º)- O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidir e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 146º)- O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão não podendo ser renovado.

Parág. Único)- O requerimento e pedido de consideração de que tratam os artigos anteriores, deverão ser despachados pela autoridade competente, no prazo de 15 (quinze) dias e decidido dentro de 30 (trinta) dias, improrrogáveis.

Art. 147º)- Caberá recurso:

I - Do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - Das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos.

Parág. Único)- O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

Art. 148º)- O pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo, o que for provido, porém dará lugar às retificações e indenizações necessárias, retroagindo os seus efeitos à data do ato impugnado, para satisfação dos direitos do servidor.

Art. 149º)- O direito de pleitear na esfera administrativa, prescreverá:

I - Em 05 (cinco) anos, os atos de que decorrem demissão, aposentadoria ou cassação, disponibilidade ou proventos da aposentadoria;

II - Em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, ressalvado o disposto no Código Civil e Leis Federais sobre o assunto;

III - O prazo de prescrição constar-se-á da data de publicação oficial do ato impugnado ou, quando for este de natureza reservada, da data de ciência do interessado.

Art. 150º)- O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição até 02 (duas) vezes.



Câmara Municipal de Juna

Art. 151º)- O servidor que se dirigir ao Poder Judiciário ficará obrigado a comunicar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de 10 (dez) dias, para que sejam cumpridas as determinações legais.

Art. 152º)- São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo.

TÍTULO V DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DOS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 153º)- Constitui infração disciplinar toda ação ou omissão de servidor público que possa compreender a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços ou causar prejuízos de qualquer natureza à Administração Pública.

Parág. Único)- A infração disciplinar será punida levando-se em conta os antecedentes e o grau de culpa do agente, a natureza e as circunstâncias da falta e os danos e outras consequências para o serviço público.

Art. 154º)- São deveres do Servidor Público Municipal:

- I - Ser assíduo e pontual ao serviço;
- II - Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;
- III - Tratar com urbanidade os demais servidores públicos e o público em geral;
- IV - Manter lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servir;
- V - Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo ou função.
- VI - Observar as normas legais e regulamentares;
- VII - Obedecer às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- VIII - Levar ao conhecimento da autoridade as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função;
- IX - Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- X - Providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual, a sua declaração de família;
- XI - Atender com presteza e correção;



Câmara Municipal de Juna

a)- ao público em geral prestando em geral as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b)- à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c)- às requeridas para defesa da Fazenda Pública.

XII - Manter conduta compatível com moralidade pública;

XIII - Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, de que tenha tomado conhecimento, indicando elemento de prova para efeito de apuração em processo apropriado;

XIV - Comunicar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao setor competente a existência de qualquer valor indevidamente creditado em sua conta bancária.

Art. 155º)- Ao servidor público é proibido:

I - Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do Chefe imediato;

II - Recusar fé a documentos públicos;

III - Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso a autoridades públicas ou a atos do Poder Público, ou outro, admitindo-se a crítica em trabalho assinado.

IV - Manter, sob sua chefia imediata, cônjuge, companheira ou parente até o primeiro grau civil;

V - Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

VI - Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo à realização de serviços;

VII - Cometer a outro servidor público atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias ou nas hipóteses previstas nesta Lei;

IX - Compelir ou aliciar outro servidor público a filiar-se a associação profissional ou sindical ou partido político;

X - Cometer a pessoa estranha ao serviço, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

XI - Atuar, como procurador ou intermediário, junto à órgãos públicos estaduais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários e percepção de remuneração ou proventos de cônjuge, companheiro e parentes até segundo grau civil;



Câmara Municipal de Juna

XII - Fazer afirmação falsa, como testemunha ou perito, em processo disciplinar;

XIII - Dar causa a sindicância ou processo disciplinar, imputando a qualquer infração de que o sabe inocente;

XIV - Praticar o comércio de compra e venda de bens ou serviços, no local de trabalho ainda que fora do horário normal do expediente;

XV - Contratar obras, serviços, compra, arrendamentos e alienações no interesse do órgão e por delegação de competência, sem a realização do processo de licitação competente;

XVI - Praticar violência no exercício da função ou a pretexto de exercê-la;

XVII - Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais ou continuar a exercê-las sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso;

XVIII - Solicitar ou receber propinas, presentes, empréstimos pessoais ou vantagens de qualquer espécie, para si ou para outrem, em razão do cargo;

XIX - Participar, na qualidade de proprietário, sócio ou administrador, de empresa fornecedora de bens e serviços, executora de obras ou que realize qualquer modalidade de contrato, de ajuste ou compromisso com o Município;

XX - Praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXI - Falsificar, extraviar, sonegar ou inutilizar livro oficial ou documento ou usá-los sabendo-os falsificados;

XXII - Retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de Lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal;

XXIII - Dar causa, mediante ação ou omissão, ao não recolhimento, no todo ou em parte, de tributos, contribuições devidas ao Município;

XXIV - Facilitar a prática de crime contra a Fazenda Pública;

XXV - Valer-se ou permitir dolosamente que terceiros tirem proveito de informações, prestígio ou influência obtidas em função do cargo, para lograr, direta ou indiretamente proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XXVI - Exercer quaisquer atividades incompatíveis com o exercício do cargo ou função, ou ainda, com o horário de trabalho.

CAPÍTULO III DA ACUMULAÇÃO



Câmara Municipal de Juína

Art. 156º)- É vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções pública, exceto:

- I - A de 02 (dois) cargos de professor;
- II - A de 01 (um) cargo de professor com outro técnico ou científico;
- III - A de 02 (dois) cargos privativos de médico.

Parág. 1º)- Em qualquer dos casos, a acumulação somente será permitida quando houver correlação de matéria e compatibilidade de horários.

Parág. 2º)- a proibição de que trata este artigo estende-se à acumulação de cargos do Município com as de outros Municípios, do Estado e da União.

Parág. 3º)- a apuração da acumulação é de responsabilidade do órgão responsável pela administração de pessoal.

Art. 157º)- O ocupante de 02 (dois) cargos efetivos em regime de acumulação, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, a menos que um deles apresente em relação ao cargo comissionado o requisito de correlação de matéria e compatibilidade de horários, hipótese em que se manterá afastado apenas de um cargo efetivo.

Art. 158º)- Verificada em processo administrativo a acumulação proibida, e provada a boa-fé, o servidor público optará por um dos cargos, sem prejuízo do que houver percebido pelo trabalho prestado no cargo a que renunciar.

Parág. 1º)- Provada a má-fé, o servidor público perderá ambos os cargos, empregos ou funções e restituirá o que tiver recebido indevidamente.

Parág. 2º)- Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos, empregos ou funções exercidos em outro órgão ou Município, a demissão lhe será comunicada.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 159º)- O Servidor Municipal responde civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 160º)- A responsabilidade civil decorre de ato omissivo, doloso ou culposo, que importe em prejuízo causado à Fazenda Pública Municipal ou a terceiros.

Parág. 1º)- A indenização de prejuízo causado à Fazenda Pública Municipal, deverá ser liquidada na forma prevista no parágrafo único do artigo 108º desta Lei.

Parág. 2º)- Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.



Câmara Municipal de Jina

Parág. 3º)- a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 161º)- A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor público municipal, nessa qualidade.

Art. 162º)- A responsabilidade administrativa resulta de ato ou omissão, ocorrido no desempenho do cargo ou função.

Art. 163º)- As cominações civis, penais e administrativas poderão acumular-se, sendo independentes entre si, bem assim as instâncias.

Art. 164º)- A absolvição criminal só afasta a responsabilidade civil ou administrativa do servidor, se concluir pela inexistência do fato ou lhe negar a autoria.

CAPÍTULO V DAS PRELIMINARES

Art. 165º)- São penas disciplinares:

I - Advertência;

II - Repreensão;

III - Suspensão;

IV - Demissão;

V - Cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

VI - Destituição de função de confiança ou de cargo em comissão.

Art. 166º)- A pena de advertência será aplicada verbalmente em caso de negligência, fazendo-se a devida anotação na ficha individual.

Art. 167º)- A repreensão será aplicada por escrito nos casos de violação de proibição constantes dos Incisos I a III do artigo 155º, desta Lei, e de inobservância de ver funcional previsto em Lei, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 168º)- A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com repreensão e nos casos de violação das proibições constantes dos Incisos V a XVIII do artigo 155º, desta Lei, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.



Câmara Municipal de Jina

Parág. Único)- A aplicação da penalidade de suspensão acarreta o cancelamento automático do pagamento da remuneração do servidor, durante o período de sua vigência.

Art. 169º)- A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I - Crime contra administração pública municipal;
- II - Abandono de cargo;
- III - Inassiduidade habitual;
- IV - Improbidade administrativa;
- V - Incontigência pública;
- VI - Insubordinação grave em serviços;
- VII - Ofensa física, em serviço, a servidor público ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII - Aplicação irregular de dinheiro público;
- IX - Procedimento desidioso, entendido como tal a falta ao dever de diligência no cumprimento de suas funções;
- X - revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
- XI - Lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio municipal;
- XII - Corrupção;
- XIII - Acumulação remunerada de cargos, empregos ou funções públicas as hipóteses do permissivo constitucional;
- XIV - Transgressões previstas no Incisos XIX a XXVI do artigo 155º desta Lei, hipótese em que ficará afastada a aplicação da pena de suspensão.

Art. 170º)- Configura abandono de cargo a ausência intencional ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 171º)- Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço sem causa justificada, por 15 (quinze) dias interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Art. 172º)- Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade do servidor que houver praticado, na atividade, falta punível com demissão.



Câmara Municipal de Juna

Art. 173º)- A destituição de função de confiança ou de cargo em comissão dar-se-á nos casos de violação das proibições constantes do Inciso IV a XXVI do artigo 155º pelo não cumprimento das disposições contidas nos incisos I a XIV do artigo 154º desta Lei.

Parág. Único)- Em se tratando de servidor público ocupante de cargo efetivo, além da pena prevista neste artigo, ficará o mesmo sujeito à aplicação das penas de suspensão ou demissão.

Art. 174º)- O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 175º)- A demissão ou a destituição de função de confiança ou de cargo em comissão incompatibilizam o ex-servidor público para nova investidura em cargo ou função pública municipal, por prazo não inferior a 02 (dois) anos e nem superior a 05 (cinco) anos.

Art. 176º)- A demissão ou a destituição de função de confiança ou de cargo em comissão, nos casos do Incisos IV, VIII, XI e XII do artigo 169º, desta Lei, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 177º)- Deverão constar do assentamento individual todas as penas disciplinares impostas ao servidor público, devendo ser oficialmente publicadas as previstas nos incisos II a V do artigo 165º desta Lei.

Art. 178º)- Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público e os antecedentes funcionais.

Art. 179º)- São circunstâncias agravantes:

I - Premeditação;

II - Reincidência;

III - Conluio;

IV - Dissimulação ou outro recurso que dificulte a ação disciplinar;

V - Prática continuada de ato ilícito;

VI - Cometer o ilícito com abuso de poder.

Art. 180º)- São circunstâncias atenuantes:

I - Haver sido mínima a cooperação do servidor público no cometimento da infração;



Câmara Municipal de Juna

II - Ter o servidor público:

a)- procurado espontaneamente e com eficiência, logo após o cometimento da infração, evitar-se ou minorar-lhe as consequências, ou ter reparado o dano civil antes do julgamento;

b)- cometido a infração sob coação irresistível de superior hierárquico ou sob influência de violenta emoção provocada por ato injusto de terceiros;

c)- confessado espontaneamente a autoria da infração, ignorada ou imputada a outro;

d)- ter mais de 05 (cinco) anos de serviço, com bom comportamento, antes da infração.

III - Quaisquer outras causas que hajam concorrido para a prática do ilícito, revestidas do princípio de justiça e de boa-fé.

Art. 181º)- As penas disciplinares serão aplicadas:

I - Pelo Chefe do Poder Executivo Municipal nos casos de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de função de confiança ou de cargo em comissão;

II - Pelo Secretário Municipal, no caso de suspensão e de repreensão;

III - Pelo Presidente da Câmara Municipal, no caso do quadro de pessoal do Poder Legislativo.

TÍTULO VI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 182º)- A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 183º)- As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, mesmo que não contenham a identificação do denunciante devendo ser formuladas por escrito.

Art. 184º)- A sindicância se constituirá de averiguação sumária, promovida no intuito de obter informações ou esclarecimentos necessários à determinação do verdadeiro significado dos fatos denunciados de que se encarregarão servidores públicos designados e deverá ser concluída no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da designação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que haja motivo justo.

Parág. 1º)- Da sindicância somente poderá decorrer a pena de repreensão, sendo obrigatório ouvir o servidor público municipal denunciado.



Câmara Municipal de Juna

Parág. 2º)- São competentes para determinar a realização de sindicância o Chefe do Poder Executivo Municipal, Secretários Municipais e Presidente da Câmara Municipal.

Parág. 3º)- Sempre que o ilícito praticado pelo servidor público municipal ensejar a imposição de penalidade não prevista no Parágrafo 1º deste artigo, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

CAPÍTULO II DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 185º)- Como medida cautelar e a fim de que o servidor público municipal não venha influir na apuração da irregularidade ao mesmo atribuirá, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá ordenar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parág. Único)- O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 186º)- O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade do servidor público pela infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 187º)- No âmbito do Poder Executivo Municipal o processo administrativo disciplinar, será conduzido por órgão específico que o atribuirá às Comissões constituídas para sua realização, compostas por 03 (três) membros ocupantes de cargo efetivo, estáveis no serviço público municipal da forma do regulamento, sendo pelo menos um integrante da Secretaria Municipal responsável pela administração de pessoal.

Parág. 1º)- A Comissão terá como seu secretário 01 (um) servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em qualquer de seus membros.

Parág. 2º)- Não poderá participar de comissão de sindicância ou de processo administrativo disciplinar parente do acusado, consaguineo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Parág. 3º)- A comissão somente poderá funcionar com a presença de todos os seus membros.

Parág. 4º)- A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.



Câmara Municipal de Juína

Art. 188º)- No âmbito do Poder Legislativo Municipal, o processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores estáveis, designados pelo Presidente da Câmara Municipal, que indicará, dentre eles, o seu presidente, aplicando-se-lhe o disposto nos parágrafos 1º e 4º do artigo anterior.

Art. 189º)- O processo administrativo disciplinar iniciar-se-á com publicação do ato que determinar a sua abertura e compreenderá:

I - Inquérito administrativo;

II - Julgamento do feito.

SEÇÃO I DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Art. 190º)- O inquérito administrativo será contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito, inclusive o fornecimento de cópias das peças que forem solicitadas.

Art. 191º)- O relatório da sindicância integrará o inquérito administrativo, com peça informativa da instrução do processo.

Parág. Único)- Na hipótese do relatório da sindicância concluir pela prática de crime, a autoridade competente oficiará à autoridade policial, para abertura do inquérito, independentemente da imediata instauração do processo administrativo disciplinar.

Art. 192º)- O prazo para a conclusão do inquérito administrativo não excederá 60 (sessenta) dias contados da data da publicação, quando as circunstâncias exigirem.

Parág. 1º)- Sempre que necessário, a Comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos.

Parág. 2º)- As reuniões da Comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Parág. 3º)- A não conclusão do inquérito no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, ficará sujeito às penalidades inscritas no artigo 165 desta Lei, salvo motivo justificado.

Art. 193º)- Na fase do inquérito, a Comissão promoverá a tomada de depoimento, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a técnicas e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 194º)- É necessário ao servidor público municipal o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir



Câmara Municipal de Jina

testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos quando se tratar de prova pericial.

Parág. 1º)- O Presidente da Comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Parág. 2º)- Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 195º)- As testemunhas serão convidadas para depor mediante mandado ou aviso de recepção expedido pelo presidente da Comissão, devendo a segunda via ser anexada aos autos.

Parág. Único)- Se a testemunha for servidor público municipal, a expedição do mandato será imediatamente comunicada ao Chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcada para a inquirição.

Art. 196º)- O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo, por escrito.

Parág. 1º)- As testemunhas serão inquiridas separadamente.

Parág. 2º)- Na hipótese de depoimento contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 197º)- Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos artigos 195º e 196º, desta Lei.

Parág. 1º)- No caso de mais 01 (um) acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

Parág. 2º)- O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como a inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las por intermédio do presidente da comissão.

Art. 198º)- Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parág. Único)- O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 199º)- Tipificada a infração disciplinar, será elaborada a peça de instrução, com o indiciamento do servidor público.

Art. 193 - Na fase do inquérito, a Comissão promoverá a tomada de depoimento, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a técnicas e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 194 - É assegurado ao servidor público municipal o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos quando se tratar de prova pericial.

§ 1º - O Presidente da Comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

Art. 195 - As testemunhas serão convidadas para depor mediante mandado ou Aviso de Receção expedido pelo Presidente da Comissão, devendo a segunda via ser anexada aos autos.

Parágrafo único - Se a testemunha for servidor público municipal, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao Chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcada para a inquirição.

Art. 196 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo, por escrito.

§ 1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º - Na hipótese de depoimento contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 197 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos Artigos 195 e 196, desta Lei.

§ 1º - No caso de mais 01 (um) acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como a inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las por intermédio do presidente da comissão.

Art. 198 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 199 - Tipificada a infração disciplinar, será elaborada a peça de instrução, com o indiciamento do servidor público.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 05 (cinco) dias, assegurando-se-lhe vista no processo na repartição.

§ 2º - Havendo 02 (dois) ou mais indiciados, o prazo será de 10 (dez) dias.

§ 3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligência reputadas indispensáveis.

§ 4º - No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação com o apoio de duas testemunhas.

Art. 200 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 201 - Achando-se o indicado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial do Estado para apresentar defesa.

Parágrafo único - Na hipótese deste Artigo, o prazo para defesa será de 10 (dez) dias, a partir da publicação do edital.



Câmara Municipal de Jina

Parág. 1º)- O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 05 (cinco) dias, assegurando-se-lhe vista no processo na repartição.

Parág. 2º)- Havendo 02 (dois) ou mais indiciados, o prazo será de 10 (dez) dias.

Parág. 3º)- O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligência reputadas indispensáveis.

Parág. 4º)- No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação com o apoio de duas testemunhas.

Art. 200º)- O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 201º)- Achando-se o indicado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial do Estado para apresentar defesa.

Parág. Único)- Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 10 (dez) dias, a partir da publicação do edital.

Art. 202º)- Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

Parág. 1º)- A revelia será declarada por termo, nos autos do processo e desenvolverá o prazo para a defesa.

Parág. 2º)- Para defender o indiciado revel, o presidente da comissão designará 01 (um) defensor dativo, recaindo a escolha em servidor de igual nível e grau do acusado, ou superior.

Art. 203º)- Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

Parág. 1º)- O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor público.

Parág. 2º)- Reconhecida a responsabilidade do servidor público, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 204º)- O processo administrativo disciplinar, com relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SEÇÃO II DO JULGAMENTO



Câmara Municipal de Jina

Art. 205º)- No prazo de no máximo 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Parág. 1º)- Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

Parág. 2º)- Havendo mais de 01 (um) indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

Art. 206º)- No julgamento, quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor público de responsabilidade.

Art. 207º)- Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará instauração de novo processo.

Art. 208º)- Extinta a punidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor público.

Art. 209º)- Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público, para instauração da ação penal, ficando translado na repartição.

Art. 210º)- O servidor público municipal que responder a processo administrativo disciplinar só poderá ser exonerado, a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

Art. 211º)- Serão assegurados transportes e diárias:

I - Ao servidor público municipal convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;

II - Aos membros da comissão de inquérito e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Art. 212º)- O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

Parág. 1º)- Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor público, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

Parág. 2º)- No caso de incapacidade mental do servidor público, a revisão será requerida pelo respectivo curador.



Câmara Municipal de Juína

Art. 213º)- No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 214º)- A simples alegação da injustiça da penalidade não constitui fundamento para revisão, que requer elemento, ainda não apreciados no processo ordinário.

Art. 215º)- O requerimento de revisão do processo será dirigido ao chefe do Poder competente, o qual, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao órgão processante da entidade onde se originou o processo disciplinar.

Art. 216º)- a revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parág. Único)- Na petição inicial, o requerimento pedirá dia e hora à produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 217º)- A comissão revisora terá até 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogável por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 218º)- Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão de inquérito.

Art. 219º)- O julgamento caberá à auditoria que aplicou a penalidade, nos termos do artigo 190º e seguintes, desta Lei.

Art. 220º)- Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, ou reintegrado o servidor, restabelecendo-se todos os direitos atingidos, exceto em relação à destituição de cargo em comissão ou função gratificada, hipótese em que ocorrerá apenas a conversão da penalidade em exoneração.

Parág. Único)- Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 221º)- Considera-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e contem do seu assentamento individual.

Art. 222º)- É assegurada pensão na base do vencimento do servidor, ao cônjuge sobrevivente, ou na falta deste, aos dependentes, até completarem maioridade, com reajuste igual aos dos servidores em exercício de função.

Art. 223º)- Nenhum servidor poderá ser transferido ou removido "ex officio" para cargo ou função que deva exercer fora da localidade de sua residência nos períodos de 90 (noventa) dias anteriores e 30 (trinta) dias posteriores às eleições municipais.



Câmara Municipal de Iúna

Art. 224º)- Perderá o direito à pensão o cônjuge que vier a contrair núpcias, revertendo, neste caso, o benefício aos dependentes menores ou inválidos do servidor falecido.

Art. 225º)- São isentos de reconhecimentos de firma os requerimentos formulados por servidores.

Art. 226º)- É proibido o desvio de função, salvo as exceções previstas nesta Lei.

Art. 227º)- Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com esta Lei serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

Art. 228º)- O dia do servidor público será comemorado no dia 28 (vinte e oito) de outubro.

Art. 229º)- Esta Lei deverá ser revisada dentro de no máximo 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

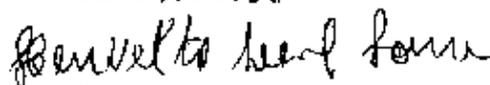
Art. 230º)- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 231º)- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IÚNA-ES,
AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE MIL
NOVECENTOS, NOVENTA E SETE, 25-11-1997.


ROGÉRIO CRUZ SILVA
Presidente da Câmara

Sanciono a presente Lei
em 24.12.97


HERIVELTO LEAL FÁRIA
Prefeito Municipal